

# texto de apoio



## COMO NÃO FAZER O JOGO DA REACÇÃO E VOTAR PELA REVOLUÇÃO

Ouve-se com frequência apregoarem-se os slogans "voto uma arma do Povo" e "Eleições Livres". Qualquer deles, analisados superficialmente, e fora do contexto nacional, isto é, de uma maneira abstracta, pareceriam correctos. Porém, estamos em Portugal, e iniciámos uma revolução que visa transformar o sistema capitalista num sistema socialista. Assim devem considerar-se aqueles slogans como palavras de ordem e analisá-las com serenidade e profundidade.

*"Votar é intervir na vida política, é escolher porventura aquele partido que na consciência de cada um, possa servir com honestidade, não só os seus interesses mas principalmente os interesses da maioria dos portugueses e garanta a todos, a justiça social que desejamos."*

De facto, se o Povo Português ao votar não o fizer em plena consciência, esta "sua arma" poderá disparar pela culatra, como se diz em gíria militar e popular. Por outras palavras, o voto que seria e é, a Arma para Atacar neste momento a sociedade opressora ainda existente, passaria a ser uma Arma de Auto-Destruição da futura Sociedade Socialista.

Como evitar então que a Arma seja mal manejada e o "feitiço se possa virar contra o feiticeiro"? A resposta, aparentemente, é simples: *Vote, mas conscientemente.* No entanto, a aquisição dessa consciência, numa sociedade sujeita durante 48 anos a um dos mais ferozes fascismos já existentes, e onde ainda impera o caciquismo, a subserviência, o medo, a alienação cultural e ideológica, ou seja, aonde o subdesenvolvimento económico, cultural, político e social é uma realidade, aquela tomada de consciência é extremamente difícil de realizar em tão curto espaço de tempo — um ano. Assim, não basta dizer-se: "assista às sessões de esclarecimento dos vários partidos políticos".

E este facto é tanto maior evidente quanto é real que, na maioria dos casos, esses partidos não concorrem para o esclarecimento da população porquanto, ou não estão interessados no seu esclarecimento mas sim em eleitorismos fáceis de raiz burguesa e baseados nos caciques locais, ou não utilizam uma linguagem captável para a maioria da população, até porque são muitas vezes arrastados por elementos irresponsáveis de extrema-"esquerda" que procuram boicotar as respectivas sessões de esclarecimento, para campos de luta ideológica.

Além disso, a grande proliferação de partidos não concorre, como dialecticamente se poderia supôr, para que tal consciencialização se faça rápida e facilmente, mas antes, para aumentar a confusão no espírito das pessoas, principalmente das pertencentes às classes mais desfavorecidas ou seja, às da classe explorada.

Se a tudo isto se juntar a falta de quadros da grande maioria dos partidos, e a rejeição fomentada por 48 anos de fascismo a tudo quanto seja progresso e ideologia novas, e mantida e alimentada, actualmente, pelos caciques locais e certo clero reaccionário, que apregoam a palavra liberdade por todos os cantos sem no entanto, clarificarem o seu conceito dentro do tipo de sociedade capitalista ou sociedade socialista, vemos que as perspectivas que se abrem para aquisição de consciência de votante não são, de facto, tão fáceis nem brilhantes como, superficialmente, poderia julgar-se.

Essa tomada de consciência política parece, assim, ter de se processar em duas fases.

Voto uma arma do Povo, quando utilizado para defender o Povo, as suas conquistas, o seu futuro democrático num caminho para o socialismo.

Votar é um direito cívico, é intervir na vida política, é um dever nacional.

Voto, uma arma de ataque, voltada para...

...os opressores económicos e todas as pressões ideológicas fascizantes que oprimem o Povo Português.

Devem os partidos políticos expôr aberta e honestamente as suas linhas políticas fundamentais e utilizar uma linguagem captável para a maioria do Povo, senão...

...como reagirá o Povo Português perante campanhas maciças de propaganda levadas a cabo por mentores ideológicos que nada tem a ver com o Povo?

...como identificará uma campanha eleitoral aliciante e espectacular, com a defesa dos seus interesses?

...estará o Povo Português apto a escolher fora da acção duma igreja ainda não integrada no processo da Revolução?

Voltaremos ao tempo em que novamente o Povo votará orientado pelos patrões, pelos demagogos, pelos falsos profetas?



Na primeira, o povo deverá descobrir — afastando para isso, e tanto quanto lhe for possível, os medos ancestrais que lhe foram cultivados e impostos — quais os partidos que defendem uma democracia burguesa, do tipo ocidental, e que de forma genérica se podem denominar, “partidos para doutores”, dos partidos que, mesmo sem terem no nome a palavra “democrático” defendem, de facto, um outro tipo de democracia, do povo e para o povo, onde é válido o verso “O povo é quem mais ordena” inserto na canção do 25 de Abril. Por outras palavras, deverá separar o “trigo do joio”, ou seja, ver quais são as forças políticas que estão ao lado do Povo e que pretendem defender, de facto, as classes exploradas, e quais são as que, de uma forma encapotada e dita democrática, somente pretendem recuperar a Revolução do 25 de Abril para formas mais subtis de exploração das classes trabalhadoras e de alienação da pequena e média burguesia, de fácil detecção, porquanto sobrepõem a liberdade individual à liberdade colectiva.

É neste contexto que é importante que a população assista às sessões de esclarecimento de todas as forças políticas existentes, participando nelas através do diálogo e do debate dos problemas locais e nacionais, de forma a verificar como, na prática concreta da vida diária, essas forças políticas encaram a resolução dos seus problemas.

Após a detecção destes dois blocos, tantos quantas as classes em litígio numa sociedade capitalista — burguesia e proletariado — deverá iniciar-se a segunda fase, mais complexa. Logo após a opção fundamental, entra-se no campo dos métodos de concretização da ideologia que defende as classes exploradas. E a escolha é realmente mais complexa porquanto nesta segunda fase terá de se entrar em linha de conta com diversos factores, tais como os geo-políticos, económicos e sociais, isto é, com as realidades portuguesas, nomeadamente as internas e as externas. Temos assim que, para realizar esta segunda fase, a Revolução deverá fazer-se acompanhar de uma profunda Culturização do Povo Português de molde a que o seu saber aumente e a consciência cívica evolua. Não uma culturização abstracta ou imposta, mas sim a que resulte da análise das contradições existentes no actual estágio da verdadeira Cultura Portuguesa.

Ora é esta segunda fase de consciencialização do votante que parece ser difícil de atingir no espaço de um ano, de forma a conseguirem-se as chamadas “Eleições Livres”. De facto, estas serão livres no acto de votar porquanto ninguém poderá impôr, *naquele instante*, a sua facção política ao votante. Mas quem considerar só este factor em todo o processo eleitoral, ou desconhece que o conceito de “livre” só é verdadeiro quando for (tal como a disciplina, a autoridade, etc.) autoconsentido, ou seja, consciente, ou procura desconhecer porquanto isso lhe serve para satisfazer os seus desígnios, da mesma maneira que “não há pior cego que aquele que não quer ver”.

Perante isto poderá perguntar-se: “Então porque se fazem as eleições?”. A resposta parece ser fácil. De facto, se se atender ainda ao que atrás se disse, as eleições levarão o Povo a participar na vida política portuguesa e a procurar uma aquisição de consciência política. Por outro lado, o acto de votar — simultaneamente um direito e um dever de todo o cidadão, que o dotará com uma das suas armas mais eficientes — é um acto pedagógico, é um exercício revolucionário de iniciação a todo um processo e técnica de eleições, e como tal terá que ser entendido.

Sendo assim, e uma vez que a lei eleitoral em vigor o permite, o cidadão que não se sentir conscientemente apto para votar, deverá fazê-lo utilizando o seu direito de *voto em branco*, tendo, ainda o dever de o ir colocar na urna. Tal uso evitará, parcialmente, que a “Arma do Povo” se “volte contra o Povo”, ao mesmo tempo que permitirá ajuizar do número de cidadãos portugueses que não se sentem politicamente conscientes. Além disso, e apenas assim, contribuirá, de uma maneira activa, para a verdade do acto eleitoral e estará a participar na construção da sociedade democrática que todos desejamos.

Podemos assim concluir que: o voto deve ser consciente; que ninguém tem o direito de abdicar de exercer esse acto cívico; que votar sem ser em consciência também é trair o País, enganar o Povo, enganar-se a si próprio.

**O VOTO É UMA ARMA DO POVO. VOTAR É UM DEVER DE CONSCIÊNCIA  
VOTAR CONSCIENTEMENTE É UM DEVER NACIONAL**

Terão neste momento todos os portugueses uma ideia clara sobre as razões que o levarão a escolher determinado partido?

o Povo ao escolher, tem que estar liberto dos receios que lhe foram longamente impostos. Assim...

...mesmo que não se encontre preparado para o diálogo em que tem que participar...

...mesmo que não esteja capacitado para uma escolha ou opção...

...não deverá deixar de lutar ou abdicar pois...

...verificará que a verdadeira liberdade de votar existe apenas quando esse direito for exercido sem pressões, conscientemente, na convicção que está a dar um passo importante na reconstrução e dignificação de si próprio.

Acto de votar — Um direito e um dever de cada cidadão através dum das suas armas mais eficientes.

Votar em branco, não é crime nem traição. Ao fazê-lo estamos a escolher, estamos livremente a dizer o que pensamos e que sentimos, cumprindo o nosso dever de patriotas sem violentarmos a nossa consciência, nem voltarmos essa arma contra nós próprios.